

# Receita Federal reforça ações contra o contrabando no País

Medidas preveem ampliação da fiscalização nos portos, suspensão de CNPJ e rastreamento de lavagem de dinheiro

**BÁRBARA FARIAS**

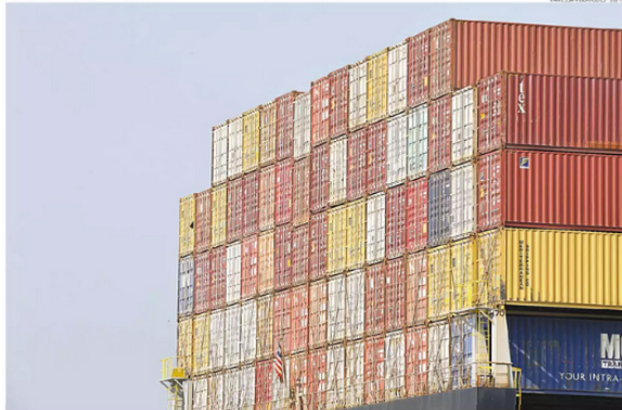
A Receita Federal está reforçando o combate ao contrabando de produtos para tentar dismantlar o crime organizado no Brasil. Para isso, anunciou ontem iniciativas de controle mais rigorosas, inclusive nos portos, para barrar a entrada e a venda de mercadorias irregulares. As operações serão realizadas em conjunto com a Polícia Federal (PF), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Conselho Federal de Contabilidade e Justiça Criminal.

O contrabando acontece quando são importados ou exportados produtos proibidos no País ou quando não são recolhidos os impostos devidos sobre mercadorias legais.

**OPERAÇÕES**

O conjunto de ações foi anunciado pelo secretário especial da Receita Federal, Robinson Sakiyama Barreirinhas, na sede da Alfândega do Porto de Santos. O reforço das medidas de controle aduaneiro está amparado pelas instruções normativas 2.229 e 2.231, ambas de 2024, do órgão federal.

A primeira medida anunciada pelo secretário diz respeito à proteção aos auditores fiscais atacados ou ameaçados durante as diligências. Nesses casos, a Receita Federal passará a atuar como assistente de acusação na esfera criminal, graças a um parecer emitido pela



Sais santista, um dos focos da fiscalização, recebe, por mês, uma média de 700 contêineres em trânsito, mais que o triplo dos outros portos

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A segunda ação trata da suspensão imediata do CNPJ da empresa que for flagrada vendendo cigarro contrabandeado ou eletrônico. "Junto à Confederação Nacional do Comércio e ao Conselho Federal de Contabilidade, estaremos orientando contribuintes e empresários a não venderem produto ilegal colocando a sua atividade em risco".

A terceira medida se refere



A Receita Federal apreendeu 500 mil cigarros eletrônicos no Porto de Santos na última semana; produto é proibido no Brasil

à criação de um cadastro de pessoas que praticam contrabando e descaminho, em parceria com a Polícia Federal. "Nós faremos esse cadastro e fixaremos um critério para que haja uma presença da Justiça Criminal nessas atividades".

O quarto ponto é voltado ao fluxo financeiro. Segundo Robinson, há um fluxo intenso de lavagem de dinheiro, de entrada e saída de recursos do Brasil. "Já identificamos alguns indivíduos que trafegam com milhões de reais em dinheiro vivo por nossas fronteiras. Vamos trabalhar com a aduana, com a fiscalização interna do País e em parceria com aduanas estrangeiras para rastrear de quem é o dinheiro, quem está convertendo e para onde ele está indo".

**CENÁRIO**

O secretário apresentou o cenário do comércio legal e ilícito de cigarros tradicionais e eletrônicos no Brasil. Segundo ele, a Receita Federal deverá apreender, neste ano, 170 milhões de maços de cigarro.

"O Brasil produz 4,5 bilhões de maços por ano, sendo que em torno de 300 milhões são para exportação. Devem circular, contrabandeados, de 25% a 30% disso, o que dá em torno 1,7 bilhão de maços. Se um maço contrabandeado custar cerca de R\$ 5, estamos falando de R\$ 8,5 bilhões circulando com essa atividade".

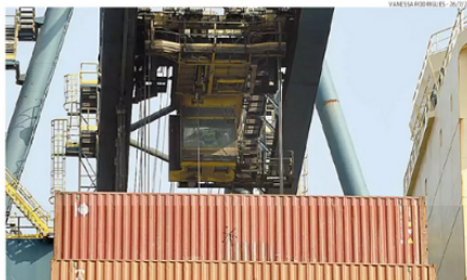
Só em relação aos cigarros eletrônicos, o secretário disse que a estimativa é apreender 2,3 milhões de unidades, número que pode aumentar com as novas ações. "A média de preço no varejo gira em torno de R\$ 100, mas calculando o cigarro eletrônico contrabandeado sendo comercializado a R\$ 50, são R\$ 1,2 bilhão movimentados", apontou.

## Fiscais aumentarão rigor com contêineres de passagem

A quinta medida anunciada pela Receita Federal para barrar o contrabando é a fiscalização mais rigorosa, nos portos, de contêineres de passagem. São aqueles que não têm o porto brasileiro como destino, mas estão apenas em trânsito. Eles dispensam controle aduaneiro porque transportam mercadorias de outros países.

O Porto de Santos é um dos focos da fiscalização, pois recebe, por mês, uma média de 700 contêineres em trânsito, mais que o triplo da maioria dos outros portos. Nesta semana, a Alfândega de Santos apreendeu 500 mil unidades de cigarros eletrônicos irregulares em apenas duas ações.

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Sakiyama Barreirinhas, explica que o intuito é proteger o comércio doméstico. "Não vendo o aspecto fiscal, de quem está importando, porque ele não está nem no Brasil, está em outro país, mas nós temos a atribuição da segurança do mercado nacional e vamos cada vez mais fiscalizar esses contêineres que estão de



Contrabando sustenta o crime organizado: Receita Federal diz que é preciso conscientizar as pessoas

passagem pelo País".

Já para coibir radicalmente o trânsito de cigarros eletrônicos, o secretário disse que foi editada uma norma impondo tolerância zero. "A partir de agora, nós vamos barrar e aplicar as penas da lei, inclusive a de perdimento (pena aplicada pela Receita que resulta na transferência de bens ao Estado) desses produtos. Sa-

bemos, pela inteligência da Receita Federal, que esse produto passa pelo porto no Brasil, vai para outros países e volta para cá".

De acordo com o secretário, em 2023, a Receita apreendeu 1,4 bilhão de cigarros eletrônicos. "Em todo o ano passado, nós apreendemos nas fronteiras, circulando ou estocados no País, 1,3 bilhão de cigar-

ros eletrônicos. Em uma única ação, no Porto de Santos, apreendemos meio milhão de unidades do produto, ou seja, 35% do total".

Ele ressaltou que o contrabando sustenta o crime organizado. "O contrabando ou descaminho financia o crime organizado. Ao comprar um cigarro eletrônico contrabandeado você está transferindo dinheiro aos

**INTELIGÊNCIA**



"Vamos barrar e aplicar as penas da lei, inclusive a de perdimento desses produtos. Sabemos, pela inteligência da Receita Federal, que esse produto passa pelo porto no Brasil, vai para outros países e volta para cá"

**Robinson Sakiyama Barreirinhas**  
Secretário Especial da Receita Federal

que roubam, aos que sequestram e aos que matam. Então, a Receita está disposta a fazer esse enfrentamento com a ajuda da sociedade". Segundo o secretário, a

fiscalização reforçada ajudará a identificar, "em poucos dias, a quantidade de produtos ilegais" dentro dos contêineres que circulam, na modalidade de trânsito, principalmente nos portos de Santos, Paranaguá (PR), Navegantes (SC) e Itapoá (SC). "Em alguns dias de atividade, nós pegaremos a maior carga de cigarros eletrônicos proibidos".

Sobre Santos receber o maior montante de contêineres em trânsito em comparação aos demais portos, o delegado da Alfândega da Receita Federal do Porto de Santos, auditor fiscal Richard Neubarth, explicou que Santos é um porto centralizador de carga. "São contêineres que abastecem portos do Atlântico Sul e passam por aqui".

Neubarth pontuou ainda que "o Porto de Santos é estratégico para que a ação dê bastante certo. Se a gente conseguir pegar aqui, vai economizar esforços do Estado na fronteira, nas demais rodovias e nas demais localidades".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Porto & Mar Caderno: A Pagina: 10